



ATA N.º 33/XII-2º/2018-19

1 - Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas 21H15, nos Bombeiros Voluntários de Almada, sitos na rua Cândido Capilé, 13/14, em Almada, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

(continuação)

3.3 – Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada;

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decreto-Lei nº 21/2019”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decretos-Lei nº 58/2019, de 30 de abril e 72/2019, de 28 de maio”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Alienação de Imóvel Edifício Sede da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda”.

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2018”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores /as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; José Gabriel Guiomar Joaquim; Mara Rita Silva Martins; Pedro Miguel Celestino Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU) e Augusto António Brinquete Proença (PSD) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António José Olaio da Silva (CDU), por impedimento do cidadão Jorge Miguel Oliveira Feliciano, do cidadão Mário José de Sousa Pedroso e da cidadã Andreia Sofia Fernandes Egas, António Abrantes de Almeida (CDU), por impedimento do cidadão José



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Augusto Tavares Oliveira e da cidadã Joana Tavares Reis Raposo, José João Santos da Mata (CDU) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), por impedimento da cidadã Sónia Raquel Mota Faria.

4.1.2 – O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett;

4.1.3 – O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, em regime de substituição, António Joaquim Oliveira (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Hélder Roberto Ferreira Lopes.

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Carlos Guedes (Ind), que foi justificada.

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Carvalheira em substituição do Senhor Vereador João Couvaneiro, do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra as Senhoras Múncipes Carla Mendes e Conceição Pires.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Carla Mendes:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Mais uma vez eu venho pedir ajuda à Senhora Presidente da Câmara Municipal. O meu caso já vai com três anos e meio e não há meio de o resolverem. Eu estou a morar numa tenda, no Bairro Rosa. Peço sempre ajuda e não há meio de me socorrerem, não me dão resposta a nada. Isto já dura há quatro anos. Vieram-me dizer há cerca de dois meses que eu tinha rejeitado duas casas, onde eu não rejeitei casa nenhuma. Eu quero saber qual foi a Dr.^a que esteve comigo e disse que eu tinha rejeitado essa casa. Para onde é que foram essas casas? Porque eu tenho três filhos, continuo na rua e não há meio de resolverem o meu caso. Agora mandaram-me uma carta, já estava há três meses à espera dessa carta, onde diz que eu não reúno condições para pedir uma casa à Câmara Municipal. Quero saber porquê. Estão à espera que saia uma Lei, que é o 1º Direito, não sabem quando vai sair, não me dizem nada, eu quero saber o que querem fazer comigo e com o meu caso. Porque eu tenho três crianças, e às seis da tarde eu tenho que deixar os meus filhos na casa de vizinhos, que não são meus familiares, são vizinhos, porque os meus pais não estão cá, estão no Brasil, e eu tenho que deixar os meus filhos com essas pessoas. Eu já expliquei isso à Senhora Vereadora, o que dorme comigo, ela sabe muito bem o que é que foi, que não vale a pena estar a falar. As pessoas sabem que o que está na rua são ratos, baratas, eu trouxe à Senhora Presidente o dorme comigo lá. Eu quero saber o que é que eu tenho que fazer para me socorrerem, digam-me só o que tenho que fazer para me socorrerem. Não me mandem mais esperar, porque há quatro anos que estou nesta espera. Eu quero uma resposta e um socorro rápido, porque eu preciso desse socorro. Quando vier outra vez o inverno o que é que vou fazer? Vou passar mais um Inverno, onde já passei tanta coisa. Algumas pessoas aqui devem-me conhecer, mas alguns devem conhecer a minha história, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deve estar lembrada da minha história, por isso não vale a pena estar a relembrar aqui o que eu já passei o que eu tenho passado. Eu quero uma resposta, eu peço por favor que me deem uma resposta. Dizem que não há verbas para arranjar casas, eu não quero casas arranjadas, dizem que não há casas grandes, eu não quero casas grandes, eu quero uma casa com quarto ou sem quarto, eu quero uma casa onde eu possa dormir com os meus filhos, com o meu marido. Não somos pessoas que fumam, não somos pessoas que roubam, somos ciganos, mas não fazemos mal a ninguém. Muitas pessoas conhecem-nos lá no nosso bairro, se quiserem pedir informações sobre a nossa vida podem ir lá pedir. Agora há pouco tempo arrombaram casas, e não houve conhecimento dessas casas, não são tirados para fora e a única coisa que lhes disseram é que iam ver para mudar os agregados. Então e eu que já estou há quatro anos à espera legalmente para me darem uma casa e



não há meio de ma darem. Aquelas pessoas passaram todas à minha frente e eu fiquei a olhar para elas. Eu estou muito revoltada, eu quero ajuda e não me dão ajuda. Querem me alugar uma casa, aluguem, eu estou farta de pedir para alugarem uma casa, não me alugam porque eu não tenho folhas de vencimento. Porque eu sou cigana e as pessoas não me alugam. Então por favor se Câmara Municipal me puder alugar a casa, por favor alugue. Façam qualquer coisa, mas por favor ajudem-me. Se a casa estiver partida eu não me importo. Eu arranjo eu e o meu marido fazemos tudo. Dá-me raiva de ver pessoas, que vocês agora deram 23 casas, muitos deles são violadores, são drogados, e sei porque são lá do meu Bairro. Eu e o meu marido não fumamos, não bebemos, não temos vícios nenhuns, porque é que nos fazem isto. E aquelas pessoas a quem deram aquelas casas agora, sabe-se lá o que vão fazer naquelas casas, não é para dar carinho aos filhos, porque os filhos dessas pessoas a quem vocês deram casas, andam abandonados. E o meu caso anda assim.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Conceição Pires:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O caso não é meu, mas sou humana, e vejo aqui muita gente que podia fazer o favor, porque eu conheço aquele casal há muitos anos. São ciganos, mas são honestos, são pessoas educadas, são pessoas que não fazem confusão nenhuma, e têm três crianças e estão a viver numa barraca que já foram assaltados por drogados, já foram assaltados por outros rapazes e estão ali com três crianças. Eu acho que se há pessoas humanas, podiam ver, podiam olhar, porque há muita gente aqui, e peço desculpa, como eu também tenho a minha casa, e é muito bom termos a nossa casa, mas é muito triste uma pessoa viver na rua como eles vivem. Eu estou aqui porque sou amiga deles, e acho que eles não merecem. Há ciganos sim senhor, há ciganos bons e maus como há na nossa raça, e eles são ciganos, mas não devem ser apontados porque também merecem, merecem uma casa. Merecem um ninho, porque eu acho que vocês os conhecessem no dia a dia, são pessoas calmas, já os conheço há uns poucos de anos, são pessoas calmas, são pessoas humanas, senão não estava aqui, eu não estava aqui a fazer nada. Mas estou aqui a representá-los porque acho que deve de haver alguém pelo menos aqui com coração, que pense a ajudar. Por favor, sou eu que peço. Ajudem-nos, porque eles precisam, estão a ser assaltados com três crianças numa barraca. Precisam de uma casa, por favor, Senhora Presidente, e outros Senhores que estejam aqui, que tenham um bocadinho de, sei lá, que possam mandar. Por favor, façam um favor, logo à noite quando se deitarem pensem que deitaram a cabeça na almofada, eu tenho cama, eu tenho casa, eu tenho lar, e está um casal, há vários, há muita gente assim, é verdade, há os sem abrigo, mas esses não querem casa. Mas eles querem casa, por favor. Eu peço-vos por favor. Eu não preciso tenho a minha casa, e sempre tive a minha casa. Sempre tive essa sorte, como todos nós que estamos aqui temos essa sorte, temos a nossa casa, eles também precisam, por favor, deem um bocadinho da vossa sorte aquele casal. É só o que eu peço, mais nada.

Muito boa noite, e muita felicidade para todos e pensem um bocadinho, quando se deitarem logo à noite, pensem um bocadinho daquilo que eu vos estou a pedir.

Eu sou a Conceição, eu sou reformada, mas eu olho e penso assim: se as pessoas são humanas devemos ajudá-las. Porque eu acho que o nosso coração pelo menos tem que ter um bocadinho de humanidade.”

5.2 - Em resposta às Senhoras Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveito para um cumprimento muito especial à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada, que nos acolhem aqui hoje, é um prazer estar nesta sala.

Relativamente às duas intervenções (e pedirei também ao Senhor Presidente da Mesa, que me autorize a dar a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Carla Russo, realmente já conhecemos o seu caso, já foi de facto seguido pelos Serviços e sobre essa questão depois a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira dará mais esclarecimentos.

No entanto quero aqui relembrar duas coisas que foram ditas. De facto, o problema das ocupações, muitas vezes é este: é pessoas a passarem à frente de quem tem direito, sendo que o direito à habitação e nós temos de facto, uma longa lista de pessoas à espera de habitação, tem que ser feito com critérios claros. Já me ouviram, tanto aqui na Assembleia Municipal com em reunião de Câmara, dizer que a ocupação de uma casa, não pode dar direito a passar à frente de quem espera há muitos anos. E, portanto, não é verdade, que nós não fazemos nada em relação às pessoas que ocupam as casas, e as diligências legais foram tomadas relativamente às ocupações. E quero também dizer aqui, que está em curso a consulta pública para o regulamento de atribuição de habitação e que quem ocupar casa, fica inibido de receber casa durante alguns anos. E, portanto, aproveito essa questão.

Depois, por outro lado, é sempre muito difícil estas questões da habitação, quando são trazidas aqui à Assembleia Municipal, porque é obvio, que nós não vamos, e nunca o faremos, falar de casos particulares. As pessoas podem vir aqui e dizem relativamente à sua vida o que entendem. Mas, nós Câmara Municipal, estamos sempre disponíveis para conversar, mas não vimos aqui falar de casos particulares. Portanto, agora dito isto, espero que entendam, Dona Carla, espero que entenda, que há coisas que ali foram ditas sobre as quais nós não vamos responder porque isso seria um desrespeito pela sua própria intimidade.

Mas, mesmo assim peço ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que passe a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Dona Carla Russo é, e ela sabe aquilo que estou a dizer, uma pessoa com quem eu converso assiduamente, há menos talvez de quarenta e oito horas ela esteve em contacto com o meu Gabinete. Como a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse, há coisas que eu podia dizer, mas que não vou dizer aqui, porque são coisas que têm a ver com a vida das pessoas, e obviamente em público não posso estar a discutir. A ela já lhe disse, e posso-lhe voltar a repetir. E ela sabe que os Serviços estão em contacto com ela, e aquilo que ela recebeu não foi, e eu tenho aqui à minha frente, a carta que recebeu não foi a dizer que não tinha direito, foi a dizer que iria entrar no concurso que vamos fazer no âmbito do novo Regulamento de acesso, e foi isso que lhe foi respondido. Não foi que não tinha direito. Agora, relativamente à situação, eu sei, e a Dona Carla também sabe, a Dona Carla estas coisas que diz da casa, que sabe que tem uma casa ao lado dela, e que gostava daquela casa, que a casa está para obras e que diz que pode fazer as obras, mas não pode ser assim, nós não podemos dar a casa. Portanto, eu só lhe peço, ouvi-a, como sabe que estou a dizer isto e é verdade, já a ouvi muitas vezes, já falei consigo, já lhe expliquei as razões porque isto acontece. E, portanto, continuarei o dialogo aberto consigo, e o problema será resolvido quando nós o pudermos resolver. Diz que há quatro anos, eu não sei se é há quatro anos, admito que sim, admito que há quatro anos tenha feito o pedido. O que acontece é que há regras, todas as medidas que os Serviços tomam são claras, são transparentes. E, portanto, eu daqui deste sítio, é mesma a única coisa que eu quero dizer. Sempre disponível para falar e para resolver o problema quando for possível.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Deu-se continuidade à reunião de dia 27 de junho, retomando-se a discussão do ponto 3.3 da Ordem do Dia relativa a normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem;

6.1.1 – Na continuação do debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Gerales (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Inês Bom (BE), Ivan Gonçalves (PS).

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Na sequência da nossa intervenção de ontem sobre esta matéria gostaríamos ainda de sublinhar os seguintes aspetos.

Se a intenção, como ontem referiu o Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves, é estimular a aprendizagem dos princípios da convivência democrática e a participação cívica dos jovens estudantes do secundário, o que resulta da leitura desta proposta de regulamentação permite perceber, com clareza e ao contrário dessa intenção, que aos jovens não é reconhecida, e muito menos concedida, a autonomia que seria devida.

Recorremos a alguns exemplos concretos – bastantes outros poderíamos referir – retirados do clausulado do regulamento em apreciação:

Preâmbulo (com reflexo no conjunto de normas) – logo no preâmbulo, a única preocupação claramente expressa é a preocupação com a participação eleitoral dos jovens. Não recusando a importância desta dimensão, entendemos que a redução da participação juvenil à questão da expressão do voto é manifestamente curta.

Artigo 2º, nº 4 – um dos princípios básicos do sistema eleitoral em Portugal é a questão da garantia da proporcionalidade da representação (por isso a Constituição da República adota o método de Hondt para transformar votos em mandatos). Não entendemos, por isso, qual o critério de proporcionalidade utilizado para determinar um número de quatro deputados jovens eleitos em cada escola. Será adequado definir que cada escola, independentemente do seu peso relativo no universo de alunos que frequentam o ensino secundário, elege sempre o mesmo número de representantes?

Artigo 2º, nº 7 – ainda no domínio da proporcionalidade, não entendemos qual o critério para fixação em 32 do número total de deputados à Assembleia Municipal Jovem de Almada. Qual é a proporcionalidade deste número em função da população escolar que frequenta o ensino secundário? Por outro lado, havendo 17 escolas com ensino secundário no Concelho, se no limite todas se inscreverem, vai ser difícil cumprir este número 32 conjugado com os quatro eleitos por escola...

Artigo 3º, nº 2 – que critério presidiu à definição da direção da escola como única decisora relativamente à inscrição do estabelecimento de ensino neste projeto? Por que razão não é considerado o envolvimento das estruturas representativas dos estudantes?

Artigo 4º, nº 1 – que razão objetiva explica que a Câmara Municipal detenha a prerrogativa única de definir um tema para as propostas a apresentar na AMJA? Pretende-se estimular a participação e a autonomia dos jovens, ou pretende-se antes orientar os jovens para caminhos previamente determinados, de forma vincadamente paternalista, e sem reconhecimento de qualquer espécie de autonomia aos jovens?

Artigo 6º, nº 1 – diz-se que compete ao(s) docente(s) responsável(eis) definir a composição da Comissão Eleitoral Escolar, que deve incluir no mínimo um aluno. Mas nada no normativo diz como são definidos os docentes responsáveis, quantos são os membros da Comissão Eleitoral e que funções exercem na escola, nem como é designado o aluno. Será que, também neste aspeto, o aluno será designado por decisão discricionária do docente responsável ou da direção da escola?

Artigo 7º, nº 5 – a proposta de normativo está desatualizada em matéria das cotas. A Lei Orgânica nº 1/2019 fixa a taxa da paridade entre sexos em 40%, mas este normativo utiliza ainda a referência anterior de 33,3%...

Artigo 15º, nº 7 – que princípio democrático e de autonomia de decisão dos jovens justifica que se determine que cada deputado jovem tem que votar obrigatoriamente a favor de mais do que uma proposta apresentada? Não nos parece que seja isto que se passa em nenhum órgão representativo do sistema democrático português, nem que em si mesma esta norma integre qualquer princípio democrático.

Artigo 16º, nº 5 – a questão que colocamos é: um minuto para apresentar e defender uma candidatura? De novo questionamos que princípio democrático e de autonomia dos jovens conduz a uma determinação desta natureza, e se esta “amplitude” temporal traduz, de forma séria e construtiva, um estímulo positivo à participação dos jovens?

Estes são só alguns exemplos retirados do normativo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mesmo numa visão minimalista do processo, seria absolutamente indispensável que ele nascesse direito. Porque como diz o povo, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. E pensamos, na CDU, que este processo está, de facto, a nascer torto.”

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Independentemente daquele que seja o direito democrático e pluralista que a CDU tenha neste projeto e de vir aqui apresentar todas estas dúvidas, eu quero relembrar que a CDU não esteve presente uma única vez neste Grupo de Trabalho. Partimos do princípio que a CDU, e ontem foi aqui dito, que a CDU não aceita, não concorda com este projeto que foi aqui votado e foi amplamente discutido neste Grupo de Trabalho. Portanto, eu penso que independentemente das dúvidas que foram aqui colocadas, eu penso que a CDU deveria ter participado, deveria ter colocado essas mesmas dúvidas no Grupo de Trabalho e aí sim, discordar e com certeza até com estes contributos que foram aqui dados, poderiam ter efetivamente melhorado este mesmo documento. Portanto, este exercício que a CDU vem aqui fazer, é do não exercício, não quer esta mesma proposta e, portanto, pensamos que efetivamente não colhe e não deverá colher a maior parte da votação que será feita.”

6.1.1.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda apresentou uma folha com algumas alterações ao preâmbulo, que são questões principalmente ao nível da formulação frásica. Para além disso, nós queremos propor também uma alteração ao artigo 5º, ponto 2, é também uma alteração frásica para ficar mais explícito, penso eu, o que se quer dizer neste ponto e sugerimos que se altere para: “A Sessão Escolar da Assembleia Municipal Jovem de Almada, inicia-se com a apresentação do projeto da Assembleia Municipal Jovem de Almada, pelo representante da Câmara Municipal, seguindo-se o debate sobre o tema proposto”.

Por fim, propomos que no artigo 7º, ponto 5 se altere a palavra “sexo” por “género”, ficando então: “as listas são compostas promovendo a paridade entre géneros, dessa forma cada lista deve conter uma representação mínima de 33,3% de cada género, não podendo conter mais de dois mandatos do mesmo género ordenados consecutivamente.”

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Apenas muito rapidamente para fazer um registo e para fazer uma pergunta.

O registo é de que afinal a intervenção do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, constitui um reconhecimento implícito da validade dos nossos argumentos. Porque às questões que aqui trouxemos e aqui colocamos, soube responder apenas que a CDU não participou nas reuniões do Grupo de Trabalho. Mas, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, é se ele me sabe dizer quantas reuniões do Grupo de Trabalho é que houve, em que datas e a que horas. Se me souber dizer eu agradecia.”

6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Apenas para dizer que face às propostas que foram apresentadas, nós solicitamos a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para que possamos discuti-las.”

6.1.1.6 – Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Sobre as propostas que o Bloco de Esquerda apresentou, aceitamo-las, entendemos que são propostas equilibradas. Apenas no preâmbulo, aquilo que entendemos, é que o 3º parágrafo deve permanecer. E, portanto, muito resumidamente aceitaríamos as propostas que são feitas pelo Bloco de Esquerda, exceto a da eliminação do 3º parágrafo.

Gostaríamos também de apresentar uma outra proposta que era a de o ponto que faz referência à paridade entre os géneros e que neste momento fala de uma percentagem de 33%, que é, que se fosse feita uma alteração para que fizesse referência a 40%, aceitando a sugestão que a CDU hoje aqui nos fez e é importante e finalmente temos uma sugestão da CDU sobre este tema. Porque na verdade quando este Regulamento foi escrito, a Lei em vigor ainda fazia referência aos 33% de paridade entre os dois géneros, e neste caso essa Lei foi ultrapassada e, portanto, aceitamos com certeza essa alteração e fazemos essa mesma proposta de um ponto de vista até mais formal.

Sobre as questões que o Senhor Deputado Municipal João Geraldês aqui colocou. Eu poderia responder, mas de facto, não é fácil responder, porque estas questões foram feitas várias vezes no local próprio onde deveriam ter sido feitas e eu poderia explicar-lhe por exemplo, quando nós entendemos, é obvio que é discutível e que tem que ser ponderada, etc., etc. Mas, quando entendemos que o número indicado de eleitos para a Assembleia Municipal Jovem, eram trinta e duas pessoas tentando replicar o de trinta e três, que são os eleitos que esta Assembleia Municipal tem, fizemos com a convicção de que seria um número equilibrado para o funcionamento de uma Assembleia. Dir-me-á, a CDU vota contra porque não tem quarenta ou não tem quarenta e cinco. É uma posição, não teríamos nada contra. Agora, pareceu-nos que trinta e dois face ao número de elementos desta Assembleia Municipal, era um número mais indicado. E até lhe poderia responder quanto à questão do método proporcional que é sempre utilizado. Não é sempre utilizado, depende dos órgãos de que estamos a falar. Por exemplo, no caso das Juntas de Freguesia, cada Junta de Freguesia, o seu Presidente participa nas Assembleias Municipais, independentemente do seu peso e nos casos, por exemplo, dos Municípios em que há Freguesias que são muito maiores do que outras, têm na Assembleia Municipal o mesmo peso. É verdade que há órgãos em que a eleição é proporcional, noutros não é. Neste caso nós entendemos que fazia sentido que cada Escola elege um número que é um número absoluto independentemente do número de alunos que a frequentam. Agora, poderá ser revisto no futuro. Da nossa parte, há toda a abertura para ser revisto no futuro, numa nova interação de procura de melhorias ao funcionamento deste órgão, e que nós possamos fazê-lo trabalhar. Agora, podíamos responder a tudo isto e até à questão do paternalismo, quer dizer, receber lições de paternalismo da CDU, e de uma Coligação que integra o Partido Comunista Português, desculpem, não recebo, nem aceito, acho que nem vale a pena entrarmos por aí, porque na verdade também ficou claro ontem e hoje, que a CDU é contra a existência deste projeto, o que é legítimo, não participou na construção destas normas, e cada um tece as considerações que entende tecer sobre este processo, e coloca aqui uma série de questões que foram discutidas, debatidas e sobre as quais foi feita uma reflexão interessante, ponderada e sobre as quais também se procurou chegar aos melhores consensos. Consenso esse com o qual não foi possível abranger a CDU. Temos pena, esperamos que no futuro a CDU evolua para que possa também ver alguma mais valia da existência destes órgãos."

6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Muito rapidamente, apenas para que não fique nenhum equívoco nesta sessão. A CDU não vota contra esta proposta porque o número de Deputados a eleger são trinta e dois, ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves acaba de dizer. A CDU, vota contra esta proposta porque é contra este projeto, e porque entende que este é um mau projeto e não responde efetivamente àquilo que são os princípios a que se propõem responder. É a razão pela qual a CDU vota coerentemente contra esta proposta. Não porque a Assembleia tenha trinta e dois ou trinta e seis ou quarenta ou oitenta Deputados."

6.1.1.8 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também não foi essa a intenção, aquilo que eu quis dizer é que sabemos que toda a gente aqui sabe que não é essa a verdadeira questão que opõe a CDU à existência deste projeto. E, portanto, estarmos a discutir se são trinta e dois, se são trinta e seis, é de facto uma discussão que acaba por não ter grande interesse.”

6.1.2 – O Senhor Presidente referenciou as alterações ao texto da proposta em apreciação apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE). Tendo as mesmas sido aceites pelos proponentes, o documento é submetido à votação com as alterações nele introduzidas.

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do art.º 25.º, n.º 2, alínea k), do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar as Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

6.2.1 – Para apresentação dos documentos usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu tentarei ser breve. Relativamente a esta apreciação da Informação da Presidência sobre a Atividade Municipal, vou só referir alguns dos tópicos e algumas das ideias bases, todos os Senhores/as Deputados/as Municipais tiveram acesso ao Relatório.

Relativamente à Atividade da Secretaria Geral, houve de facto, não só a questão do Espaço Cidadão, mas também a renovação presencial do Cartão de Cidadão, que permitirá que cidadãos nacionais com idade igual ou superior a vinte cinco anos, possam fazer a renovação presencial do Cartão de Cidadão, na rede dos Espaços Cidadão. Quero também dizer que, já está em curso o estudo para se poder ir mais longe e poder alargar esta possibilidade de os almadenses fazerem o Cartão do Cidadão em Espaços Cidadão, essa questão também já está a ser trabalhada tal como tínhamos anunciado.

Queria também dizer que foram integrados sessenta e quatro novos trabalhadores na área de cantoneiros de limpeza, para reforço dos Serviços da Recolha, Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana. Foram ainda integrados doze cantoneiros em Regime de Contrato a Termo Certo, por seis meses para constituição parcial das equipas de limpeza de praias.

Relativamente à Direção Municipal de Obras Mobilidade e Urbanismo, para além de todos os projetos de empreitadas gerais que abrangem todas as Freguesias de Almada, com variadíssimos trabalhos previstos, desde as pinturas, sinalização, qualificação do espaço público, alcatroamento, são uma série de concursos que foram lançados e quase todos eles estão concluídos, ainda estamos à espera de alguns dos mais avultados que foram obviamente como dita a Lei, entregues ao Tribunal Constitucional pelos seus montantes, mas, para já, todos eles têm corrido bastante bem, apenas dois concursos ficaram vazios por um problema de documentação, pelo que, nos daria o direito de fazer uma adjudicação direta, mesmo assim preferimos voltar a fazer uma consulta prévia, consultando vários, porque achamos que é sempre bom estimular esta questão da concorrência e da transparência.



Já houve um conjunto de obras de beneficiação em vários arruamentos do Concelho, destacando-se repavimentações, reparações de pavimento, calçadas e caleiras, criação de lombas em betuminoso.

Foram concluídas as empreitadas do “Espaço Comunitário da Madame Faber” e do “Espaço Comunitário das Terras da Costa”.

No 2º Torrão foi concluída obra para construção de cinquenta e cinco muretes técnicos de modo a que a EDP os possa eletrificar, dotando as habitações de energia elétrica com contratos de fornecimento de energia. Ou seja, aquele que era um problema recorrente dos habitantes do 2º Torrão, com a falta de energia, esse para já está resolvido. Voltamos a dizer, não são as condições, tem que se pensar noutra solução no 2º Torrão que não isto, mas de qualquer maneira, até para a segurança das pessoas, e a ter o acesso a que têm direito à eletricidade.

Relativamente à Direção Municipal de Serviços Urbanos, foi iniciado o Projeto de Promoção da Compostagem Doméstica no Município de Almada, que inclui a atribuição, numa primeira fase, de duzentos compostores domésticos a famílias residentes em moradias com jardim ou horta.

Foi implementado o Plano de Controlo de Infestantes nos Passeios, tendo sido intervencionado, nos meses de março e abril, em trezentos e três arruamentos. Houve também, mas aí eu penso que a Senhora Vereadora terá todo o gosto de dizer que começaram a chegar as primeiras viaturas para a renovação da nossa frota técnica ao nível da salubridade, que é essencial. Depois a Senhora Vereadora poderá ir um bocadinho mais longe nessa questão.

Na Direção Municipal de Economia, Inovação e Comunicação, ao nível do Ambiente, houve a coordenação do processo de atribuição do galardão “Bandeira Azul” pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, a sete praias do Concelho de Almada, mais uma do que em 2018.

Houve também inauguração do PAVAN, miniestação itinerante de transformação de resíduos plásticos, um projeto que provavelmente as pessoas conhecem melhor por “Plástico à Vista”, é aquela carrinha que faz educação, mas também permite que as pessoas levem para uma reciclagem em reutilização do plástico.

Inauguração do percurso da Estação da Biodiversidade no Parque da Paz, com cerca de 2 Km de extensão.

Inauguração do abrigo para colónias de gatos no Jardim do Rio em Almada, no âmbito da estratégia municipal de controlo de colónias de gatos e lançamento da ferramenta de sensibilização “Calculadora da Pegada Ecológica de Almada”.

Ao nível do Desenvolvimento Económico, foi feito também a realização da 15ª Edição dos Sabores de Almada, houve também o Trafaria Com Prova.

Houve a preparação e a apresentação de candidatura ao Programa Operacional MAR2020, para valorização da Pesca Artesanal e instalação do Museu Vivo da Arte –Xávega, na Costa da Caparica, como sabem isto é um projeto que há muito temos vindo a falar, que nos permitirá fundos para a reabilitação dos alvéolos dos pescadores na Costa da Caparica, estando também já em negociações, com o Porto de Lisboa para a renovação também dos alvéolos dos pescadores da Trafaria.

Ao nível da Cultura, este semestre foi muito denso, sendo que junho ainda mais, mas queremos destacar, no entanto, a realização da 24ª Edição do Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público.

O lançamento do catálogo da exposição “Na Margem, uma história do rock, no Museu da Cidade, que ainda está patente e que convido todos aqueles que ainda não visitaram, a visitar esta grande exposição sobre a história do rock no nosso Município.

Houve também ligada à 1ª, mas autónoma a inauguração da exposição “UHF: pela estrada do rock 1978/2019”, vale a pena ver, é uma belíssima exposição sobre os UHF, e quero deixar aqui uma palavra de apreço e de agradecimento à Banda e ao António Manuel, por todos os elementos que disponibilizou para a exposição, eu acho que alguns deles já nem sequer se lembrava deles, e é de facto, uma exposição muito bonita.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Inauguramos também a exposição por ocasião dos 45 anos do 25 de Abril, “E livres habitamos a substância do tempo”, aquela exposição de 45 Cartazes por 45 Artistas, para comemorar o 25 de Abril, que esteve patente perto do Fórum Romeu Correia.

Eu não vou destacar aqui todas as exposições da Casa da Cerca, foram muitas, a Casa da Cerca está com uma atividade muito intensa, com excelentes exposições e convido a todos a estarem atentos.

Quero também deixar aqui uma nota, que a exposição sobre a Lisnave foi galardoada com prémio da APOM – Associação Portuguesa de Museologia, e, portanto, parabéns a toda a equipa do Município, como sabem esta exposição também já estava a ser feita e, portanto, não é puxar para nós, mas quero deixar aqui uma palavra de apreço também sobre essa exposição.

Relativamente à Educação e Juventude, em abril e maio, estiveram abertas as candidaturas para o Orçamento Participativo Jovem em Almada. A Câmara Municipal de Almada atribui 30.000.00€ (trinta mil euros) para implementar as propostas vencedoras.

Realizou-se a 2ª Edição do Festival READ ON, nos Zagallos, que é, de facto, um sucesso e é um momento muito intenso e interessante e quero agradecer também aqui ao Agrupamento Carlos Gargaté, que organiza no fundo este Festival, obviamente com o apoio da Câmara Municipal.

Quero destacar as Olimpíadas da Ciência da União Europeia, é uma iniciativa que foi realizada pela primeira vez em Portugal e Almada foi a Cidade anfitriã, recebemos aproximadamente cento e cinquenta alunos de vinte e quatro países, foi uma grande festa da ciência.

Quero também destacar a realização da 16ª Edição da Mostra de Ensino Superior, Secundário e Profissional de Almada, e por esta ocasião inauguramos o Mercado das Torcatas como um novo espaço em Almada, para feiras, para concertos, já lá fizemos concertos, fizemos espetáculos agora no âmbito das Festas da Cidade, “Está tudo em Festa”, um espetáculo com o Ivo Canelas, e aproveito aqui para dizer que também vamos receber em espetáculo o humorista almadense, o Diogo Bataguas que é algo que nos entusiasma muito.

A realização também do Festival de Música Cidade de Almada, no festival está integrado o Concurso Internacional de Música Cidade de Almada.

Ao nível do Desporto, penso que o grande evento deste 1º semestre foi sem dúvida, o Caparica Surf Fest, nesta sua nova versão, pela 1ª vez acolheu o QS3000, tivemos um número sem fim, penso que era cerca de quarenta nacionalidades diferentes, desportistas já profissionais e obviamente, sem nunca descorar aquilo que foi o início do Caparica Surf Fest, ou seja, com as camadas mais jovens e com as Escolas de Surf.

Houve também a apresentação da nova edição do Sol da Caparica, também convido todos a verem o cartaz que é um grande cartaz, penso que há artistas para todos os gostos, e foi feito como sabem por consulta prévia, o modelo de produção mudou, mas eu penso que a qualidade está mais que garantida, e ficamos muito felizes com a programação apresentada, e houve também a apresentação oficial da 2ª Edição do Almada Extreme Sprint.

Ao nível da Intervenção Social, quero destacar a apresentação do Relatório sobre o estado da nossa habitação social municipal, que foi apresentada em Câmara e que eu convido os Senhores/as Deputados/as Municipais a lerem-na com atenção.

Foi também aprovada em reunião de Câmara a Estratégia Local de Habitação, o Relatório Preliminar, estando em conversações com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o fechar e está para breve da nossa Estratégia para podermos concorrer aos apoios que o Governo disponibilizou.

Aprovação em reunião de Câmara do Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Fogos Municipais, que tal como eu disse há pouco, está em consulta pública neste momento.

Também se abriu e penso que já fechou a 1ª fase de candidaturas aos apoios municipais ao Movimento Associativo, o famoso RMAMA – Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo. Estando também



em fim de elaboração o novo Regulamento que também será levado em breve a Câmara Municipal para depois ir a consulta pública.

Relativamente à Proteção Civil e sei que a Senhora Vereadora Francisca Parreira depois também querará dizer uma palavra. Quero, no entanto, lembrar aqui a assinatura do protocolo para a constituição de mais duas equipas de intervenção permanente de socorro, as famosa EIPS, com a junção dos Bombeiros de Almada e os Bombeiros da Trafaria. E, portanto, Almada passou a ter EIPS nas três Corporações de Bombeiros do Concelho. De zero passamos para três eu acho que é uma boa questão.

Houve a participação no Exercício Europeu de Proteção Civil CASCADE'19, o maior exercício já realizado em Portugal e na Europa, no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. E devo dizer que aquilo que foi organizado em Almada, foi muito saudado por todos os cenários e também permitam que dê aqui uma palavra muito especial ao nosso Serviço de Proteção Civil e ao seu Coordenador em particular, pela forma exemplar como organizaram os exercícios que foram feitos aqui em Almada.

A assinatura dos protocolos do programa Praia Protegida, que garantem a vigilância dos 13 Km de frente atlântica do Concelho, antes, durante e após época balnear, em funcionamento até 13 de outubro. Nós sabemos que o tempo está muito variável, que temos bom tempo quando não estamos à espera, temos tempo menos bom quando estávamos à espera, mas de qualquer maneira aqui também antecipamos a época balnear para poder garantir a segurança na praia.

Relativamente aquilo que são os Serviços da Presidência e Vereação, houve as Celebrações dos 45 anos do 25 de Abril, com a realização do encontro "Resistências Pacíficas: o valor da Liberdade", foi um debate muito interessante sobre as resistências atuais, com vários casos, a resistência justamente de uma mulher cigana para poder atingir posições de destaque para levar para a frente, ela fez um lindíssimo discurso a dizer: "A minha resistência começou no facto de eu querer ir à escola", contou, mas também contamos com um grande nome da literatura brasileira, Eric Nepomuceno, esse sim, que infelizmente conheceu todas as ditaduras da América do Sul, a começar pela ditadura militar no seu país, e que é não só um imenso autor, um grande tradutor de nomeadamente do Garcia Marques, mas sobretudo um grande resistente de antes e hoje cada vez mais, e que ficou aliás, muito comovido e muito feliz por partilhar connosco a Festa do 25 de Abri. E também um ator curdo, que é um apátrida porque um dia quis fazer Shakespeare na sua língua natal, isto também são resistências, assim como, o Luaty Beirão como todos conhecem, foi de facto, um encontro muito interessante.

Como já disse houve a apresentação do Sol da Caparica, quero, no entanto, também salientar a importância das negociações que foram feitas com o Governo ao nível do novo Plano de Ordenamento da Orla Costeira, o POOC AC.

Estamos mesmo a finalizar também a rede de transportes, a nova rede de transportes de Almada, em conjunto com a AML – Área Metropolitana de Lisboa, como sabem só houve três Câmaras Municipais que tivessem pedido para fazer um estudo próprio, foi Almada, Sintra e não sei se Amadora ou Odivelas, juntamente com a TIS – Transportes, Inovação e Sistemas, para garantir que há uma nova rede de transportes e é essa que será levada ao concurso público.

Do ponto de vista financeiro, vou tentar ser ainda mais rápida. Os números que vou fornecer aos Senhores/as Deputados/as Municipais, os números que têm à vossa frente são os de maio, ora entre maio e junho, mudou muita coisa, porque uma das questões que mudou muito significativamente, tem a ver com as receitas do IMI, como sabem há um novo calendário, ou uma nova forma de pagamento, e, portanto, em maio essa receita não tinha entrado e entrou agora em junho. De qualquer maneira ao nível da execução quero dizer que a execução dos Planos de Atividade Municipal, em maio estava nos 26,30%, um mês depois já está nos 31,57%, de facto, os Planos Plurianuais de Investimento estavam a 8,5%, a razão é simples, como vos dissemos lançamos muitas empreitadas, os concursos finalizaram agora, as obras estão a ir para o terreno neste momento.

Ao nível da execução das Grandes Opções do Plano, estávamos em maio nos 19/%, agora em junho já passamos para os 23%, há uma questão importante, é que o saldo orçamental em maio era negativo de 423.232.00€ (quatrocentos e vinte e três mil duzentos e trinta dois euros) e obviamente agora com a receita do IMI, passamos

para positivo ao nível dos 14.671.000.00€ (catorze milhões, seiscentos e setenta e um mil euros). O saldo de tesouraria, em maio era de 34.362.270.00€ (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e setenta euros).

Vou-me ficar por aqui estando obviamente disponível para qualquer esclarecimento.”

6.2.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O Relatório foi-vos entregue a tempo, tem toda a informação, naturalmente estamos disponíveis para qualquer tipo de esclarecimento.

Gostaríamos apenas de destacar duas ou três situações que têm a ver com algumas obras empreitadas que estamos a realizar.

Uma é a reabilitação da rua dos Castanheiros no Laranjeiro, e que, entretanto, já foi concluída. A outra tem a ver também com o Emissário do Funchalinho, que era uma obra de grande envergadura, era uma obra de cerca de 300.000.00€ (trezentos mil euros) e que está também concluída. E a reabilitação da rede de águas junto a praça da Nossa Senhora dos Navegantes da Costa da Caparica, uma obra também de 68.000.00€ (sessenta e oito mil euros), que também já está praticamente totalmente concluída.

Entretanto, uma situação que já era uma situação até bastante antiga, tinha a ver com um coletor danificado que até tinha causado um acidente na avenida Afonso de Albuquerque em ligação com a Trafaria, também foi terminada.

E eu fico por aqui até para não gastar mais do tempo, mas naturalmente estou disponível para qualquer tipo de esclarecimento.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Gabriel (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), José Ricardo Martins (PS), Inês Bom (BE), Sónia Silva (CDU), Luís Palma (CDU), João Geraudes (CDU) e os/as Senhores/as Vereadores/as Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado e a Senhora Presidente da Câmara.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Gabriel:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Aproveitando e agradecendo a sugestão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal feita ontem, reafirmamos que a bancada da CDU, não representa, não é porta voz de qualquer Associação Sindical, seja ela mais ou menos representativa.

Não podemos deixar de referir ainda sobre este assunto, da greve dos trabalhadores da higiene urbana, umas três notas.

A primeira nota, à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, para dizer, como a Senhora Vereadora sabe que, nos termos da lei vigente, a competências para estabelecimento de acordos entendimentos em sede de negociação coletiva, é feita diretamente pelos sindicatos e não pelos trabalhadores individualmente considerados.

A segunda nota, tem razão a Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando afirma que os horários praticados têm que ser publicados e não podem ser utilizados, ou lançado mão de horários que não sejam acordados em sede de contratação coletiva.

Disse também, que era isso que se fazia no passado. Eu creio que é um equívoco. Não é. No passado o que fazia era o recurso, quando necessário, a trabalho extraordinário, legalmente previsto, e dentro dos limites da Lei, sempre que necessário, e remunerado.

A terceira nota, Senhora Presidente, à pergunta que nos dirigiu, nós estamos em condições de responder, que nos colocamos sempre, e sempre nos colocaremos ao lado dos trabalhadores, pelas suas justas reivindicações.



Uma última nota, para dizer que não se pode confundir, aquela que é a presença legítima de dirigentes sindicais de uma Associação Sindical, que pese embora, não sejam trabalhadores do Município, são membros dessa estrutura e podem estar presentes em piquetes de greve, é legítima e legal essa sua presença e que não se podem confundir com uma arregimentação de trabalhadores que nada tem que ver com o Município.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Tentarei ser breve, até porque a Câmara Municipal tem pouco tempo para responder, farei apenas mais umas apreciações e farei também alguns considerandos relativamente aquilo que o CDS-PP entende, quer enquanto a apreciação que fez relativamente ao Relatório de Atividades dos últimos dois meses, mas também aquilo que entendemos que poderia estar ou não estar, no mesmo Relatório.

Gostaria também de deixar aqui uma ressalva, que a intervenção e todas as intervenções que o CDS-PP faz nesta parte da Atividade Municipal, fá-lo sempre de uma forma por vezes crítica, mas que fique ciente que será sempre de uma forma construtiva para melhorar o nosso Concelho.

E gostaria de começar por saudar uma indicação que vem no mesmo Relatório da Atividade Municipal, relativamente à introdução da Recolha Seletiva de Embalagens de Plástico e Vidro, nas praias promovendo assim, o aumento das taxas de reciclagem. Saudamos esta posição por parte da Câmara Municipal, porque a nossa Costa é por vezes tão maltratada, até por quem a frequenta e, portanto, gostaríamos de saudar esta mesma posição.

Depois, saudar também, apesar de estes eventos terem acontecido no mês de junho, mas com certeza eles foram preparados com alguma antecedência, saudar o conjunto de espetáculos e variedades que animaram a Cidade e o Concelho, onde evidenciaram e dinamizaram a economia e o lazer da Cidade que também já estava muito a necessitar.

Depois, algumas considerações que o CDS-PP, gostaria de frisar relativamente ao espaço público. A Senhora Presidente da Câmara, já teve a oportunidade de dizer e de focar esse investimento e essa preocupação que tem vindo a fazer no espaço público, com certeza que ela tem de ser melhorada e tem de ser reforçada. Sabemos também que, no orçamento para este mesmo ano, foi feita uma verba considerável para este reforço, para esta dinamização e requalificação do espaço público, mas Senhora Presidente de Câmara, mais uma vez vimos qui reforçar. A vegetação nas ruas que muitas vezes brotam nos passeios tem se ser feita de uma forma mais recorrente. Saudamos também a introdução e a aquisição de novas viaturas para o combate aos resíduos urbanos e ao lixo no nosso Concelho. Mas, dizia eu que, quer esta vegetação quer também a deposição de resíduos sólidos e de lixo junto dos contentores, nomeadamente não só dentro, porque dentro é normal que sejam colocados, mas à volta dos mesmos, deve também sofrer um reforço e inclusivamente quando são depositados vidros, que por vezes vemos junto de escolas, no nosso entendimento Senhora Presidente, há que haver um reforço.

Um reforço também no espaço público, propriamente nos passeios, e aqui sim é uma preocupação que não vem de agora, como é evidente, uma preocupação que já se arrasta de há alguns anos para cá, que é a necessidade dessa mesma requalificação. Portanto, os buracos nos passeios, a necessidade de desnivelamento por vezes dos passeios ou das passadeiras, para que possa haver uma mobilidade muito mais acessível para todas as pessoas, nomeadamente os mais idosos, e também uma maior sinalização e fiscalização daquelas que são por vezes as obras que são feitas, as intervenções que são realizadas e falo neste caso intervenções realizadas não só da parte pública que essa então é mesmo de evitar, mas por parte de privados onde por muitas das vezes é deixado o entulho, passeios por qualificar, passeios por arranjar, baias que são colocadas e outros obstáculos que permitem que essa mobilidade seja dificultada, nomeadamente às pessoas que têm mobilidade reduzida.

Senhora Presidente, reforço aqui mais uma vez, para que seja efetivado essa atenção mais redobrada na requalificação do espaço público.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois uma outra questão. Prende-se com os chuveiros existentes na Fonte da Telha. É um espaço que está degradado, encerra a uma hora que muitas das vezes não vai servir para aqueles que pretendem usufruir da praia durante muito mais tempo, e entendemos também que possa haver aqui uma alteração e uma melhoria significativa naquilo que é o espaço disponível nos chuveiros e já agora, é uma questão depois de se verificar, não sei se com os concessionários, não sei se por parte da Câmara Municipal, a aplicação de mais chuveiros e de chuveiros ao longo também das nossas praias, servindo também assim, não só os almadenses, aqueles que nos visitam e todo o turismo.

Depois a Senhora Presidente falou também nos pescadores, boas notícias, mas Senhora Presidente, há muito ainda por fazer, há muito para dialogar com os pescadores, quer a nível municipal, quer a nível Central, e entendemos que os pescadores merecem e falamos também na questão que foi aqui apresentada, do Museu Vivo da Arte- Xávega, todos nós prestamos homenagem aos pescadores, mas, há muito mais para além disso, nomeadamente o dia a dia dos pescadores que merecem por parte do nosso Município e da Câmara Municipal, toda a atenção, estamos cientes e convictos que a Senhora Presidente com certeza daqui para a frente continuará a encetar esse diálogo para que se possa resolver e tentar junto do Governo para que se possa resolver também aqueles problemas prementes dos pescadores.

Depois saudar também os SMAS, naquela que é a intervenção na Manuel Sousa Coutinho, uma intervenção de fundo e que sabemos que Almada pelo desgaste e pelo envelhecimento de toda a cobertura e rede de saneamento, de tudo aquilo que tenha a ver com os SMAS, está bastante antigo, já tem alguns anos, o que é normal. Portanto, saudamos também essa mesma intervenção.”

6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Em relação à nossa análise ao Relatório da Atividade Municipal, temos algumas questões a colocar.

A primeira é relacionada com o uso do glifosato e neste em particular, gostaríamos de saber, considerando que existem já algumas zonas do Município onde o glifosato não está a ser utilizado, qual é o critério para aplicar o herbicida nuns locais e não noutros? No fundo já existem alternativas, elas já estão a ser postas em prática em alguns locais, gostaríamos de saber porque não em todos, ainda para mais quando o uso aumentou de fevereiro/março para abril/maio.

Outra questão que se relaciona com os pontos “l” e “n” do ponto 7, da Atividade da Autoridade Sanitária e Veterinária Municipal, e isto no âmbito de uma proposta que aqui foi aprovada e que tinha por objeto o fim dos circos com animais em espaços públicos no Concelho de Almada, ficamos aqui com algumas dúvidas sobre os dois pontos que estão no relatório, um que diz que houve uma reunião sobre a instalação de circos com animais em espaço público municipal, com o Senhor Secretário Geral Dr. Hugo Lourenço, e outro que fala de duas vistorias de verificação das condições de instalação e de bem estar animal ao Circo Dalas em Vale Figueira e na Costa da Caparica. No fundo era saber, ou termos alguma informação adicional sobre o propósito destas reuniões.

Relativamente à informação prestada pelo Serviço Veterinário Municipal, reforçamos que, do ponto de vista qualitativo consideramos que existe alguma informação que poderá adicionalmente ser dada, nomeadamente a origem dos animais, as Associações que foram apoiadas, entre outra informação.

Para terminar, gostaríamos de saudar a criação dos “Abrigos Refúgio” nomeadamente no Jardim do Rio, o refúgio para gatos, não poderíamos deixar de saudar, é uma medida que o PAN tem no seu programa, portanto, logicamente teríamos de estar de acordo com ela. Saudar também o lançamento da ferramenta de sensibilização da Calculadora de Pegada Ecológica.”

6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Gostaria aqui de realçar algumas das iniciativas, que foram muitas, as decisões e opções políticas que têm sido tomadas nos últimos meses pela Câmara Municipal.

Não sendo ainda altura "de prestar contas" é sempre bom lembrar e enaltecer o quanto de relevante se vai fazendo no nosso Concelho.

Conscientes do que foi feito nos anteriores mandatos, não podemos deixar de afirmar com toda a determinação que, algumas das coisas que foram definidas de forma menos correta, existe ainda um mundo de iniciativas, decisões e obras a fazer. Essa é uma das nossas grandes opções "fazer aquilo que ainda não foi feito".

Do muito que ainda há por fazer, realço aquilo que para nós é fulcral, a habitação. A felicidade e a vida com o mínimo de qualidade de qualquer cidadão, são indissociáveis de uma habitação condigna.

As políticas relativas à habitação social têm merecido alguma atenção particular do Executivo Municipal. Como condição fundamental de partida foi feito o levantamento das condições habitacionais e do parque de habitação social.

Para dar corpo a uma política de justiça social na atribuição das habitações, foi criado o regulamento municipal para atribuição de habitação social, que não existia. E complementarmente foi definida uma estratégia para habitação social.

O Ambiente e a Higiene Urbana são também uma das grandes preocupações deste Executivo. Daí que tenha sido feito, como nunca foi, um enorme investimento em equipamentos. Gostaria de realçar igualmente, no âmbito da educação ambiental, o projeto "Eco Praias" que aqui já foi referido, e também "Amigos do Ambiente" com o apoio da unidade educativa.

Por outro lado, as políticas sociais merecem igualmente uma atenção particular deste Executivo, não podendo deixar de destacar o programa de apoio à comunidade cigana. São ainda iniciativas de relevo o primeiro encontro em Almada sobre o bem-estar animal, a realizar este fim de semana, e o primeiro grande debate sobre esta matéria.

Ainda a viver o período das festas da cidade, não posso deixar de realçar a preocupação deste Executivo Municipal em levar as festas a todos os cantos do Concelho, abrangendo assim todas as Freguesias.

Através do RMAMA foi definida uma política justa e equilibrada de atribuição de apoios às coletividades. Esta é uma decisão de grande importância que introduz os fatores determinantes no apoio às coletividades, no âmbito das suas iniciativas sem qualquer tipo de protecionismo ou de políticas encapotadas.

No que respeita à proteção civil, os resultados do CASCADE'19, sob a égide da Autoridade Internacional da Proteção Civil, foram excelentes, e mais uma vez, Almada foi a mais relevante.

Com o verão à porta, importa igualmente referir o início das obras na Costa de Caparica e nos parques de estacionamento da Praia do Rei e das praias adjacentes, com a criação das baías de segurança e ordenação dos parques de estacionamento e também na estrada da descida da Fonte da Telha.

Este é um destaque de maior importância para aqueles que usam as nossas praias.

Realçar aqui também aquilo que tem sido ao longo dos anos um dos grandes incómodos de quem nos visitava e que atravessava, o famigerado Largo das Tábuas.

Finalmente, temos uma entrada de praia mais arejada, irá ser um parque atlântico para usufruto de todos. E não posso deixar de realçar, que isto só foi possível, devido àquilo que foi a política de descentralização do Partido Socialista e a aceitação, primeiro da Câmara Municipal, e desta Assembleia Municipal, na aceitação daquilo que foi as praias equipadas e urbanas.

Estas são apenas algumas referências das muitas iniciativas e obras municipais que constam naturalmente dos relatórios que foram apresentados, não podendo deixar de evidenciar o excelente trabalho que tem sido feito e tem vindo a ser feito e executado por este novo Executivo da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Importa referir que não temos atrás de nós 40 anos de gestão. Levamos alguns meses de trabalho, com uma necessária fase de adaptação e de correção de algumas políticas, mas, a verdade dos factos está aí.

Em tão poucos meses a obra vai falando por si. A prestação de contas faz-se no final de mandato e no quadro de eleições em que quem decide é o povo. Nessa altura a nossa obra falará por nós. Até lá, faremos o nosso caminho, que é o caminho dos anseios e da resolução dos problemas da população de Almada.”

6.2.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, queremos fazer algumas questões neste período da Atividade Municipal, sobre algumas dúvidas que temos relativamente ao documento.

A primeira delas prende-se com, na página 88, uma referência a uma implantação no sistema de deteção de incêndios, e de videovigilância no Parque da Paz, e no Parque Urbano de Santo António, que nos surpreendeu um pouco, ainda para mais quando já existem vigilantes em ambos estes parques. E, portanto, queríamos perceber um bocadinho que implementação é esta principalmente de videovigilância, porque a de deteção de incêndios claramente estamos de acordo e percebemos a necessidade.

Na página 69, fala em economia circular, e é de facto, uma temática que se encontra referida várias vezes neste documento, e como a Senhora Presidente deve saber, a economia circular depreende que é dado um novo uso ao lixo que é recolhido. Ora, no documento eu só encontrei referências à reciclagem do lixo que é recolhido e nós gostaríamos de saber se a Senhora Presidente nos sabe dizer qual é que é o seguimento que o lixo que é recolhido pela AMARSUL tem, que parte dele é que é reconvertido de facto noutros produtos, e o que é que lhe acontece.

Quanto ao documento dos SMAS, talvez por distração minha, eu não encontrei e gostaria que me esclarecesse, se a água que é tratada nas ETAR, se está a ser reutilizada para algumas funções e qual é a quantidade de água que está a ser reutilizada e para que funções porque é de facto importante saber.

Agora fora deste documento, há algumas questões espalhadas pelo Município que nos preocupam um pouco. A primeira prende-se com a segurança no Cais do Ginjal, de facto, aquela zona tem uma maior afluência nesta altura do ano, e as condições de segurança deixam mesmo muito a desejar. Não só pela falta de corrimões e pelo piso esburacado, como pela falta de iluminação à noite quando muita gente vai jantar até aos restaurantes do Atira-te ao Rio, etc., e de facto é uma zona de enorme perigo.

Já aqui trouxemos na Assembleia passada a questão da necessidade de uma sinalização rodoviária na estrada do antigo serviço de atendimento permanente, porque de facto existe frequentemente alargada e entrada de pacientes de veículos que se imobilizam à porta do antigo SAP, e as pessoas que vêm da rotunda não têm visibilidade e pode acontecer ali acidentes no futuro próximo.

Depois, eu penso que os Senhores/as Vereadores/as e a Senhora Presidente, terão conhecimento, mas no último mês decorreram dois assaltos em escolas na Charneca de Caparica, uma delas à Escola Básica Carlos Gargaté, que provocou prejuízos importantes e que impediu durante algum tempo que 450 alunos tivessem aulas, e neste assalto aparentemente o alarme não terá funcionado, não sabendo ao certo em que dia da semana é que ocorreu. Também na Escola Básica Presidente Maria Emília, houve um assalto e queremos saber o que é que o Executivo sabe destas situações e o que é que terá acontecido com os sistemas de alarme destas escolas.

Depois quanto à SOVENA, queríamos saber como é que está a questão do licenciamento ambiental e como é que está a situação de recuperação da empresa dos terrenos que destruiu de área REN do nosso Concelho, achamos que é urgente que o façam o mais rapidamente possível.

Queremos saber também em que fase é que está o novo projeto do Centro de Recolha Animal.

Entrando nós agora numa fase do verão, queremos alertar para duas situações que de facto são preocupantes.



A primeira delas prende-se com a falta de ocupação das crianças e dos jovens nesta altura do ano, que é de facto, uma preocupação enorme para as famílias, principalmente as famílias com menores rendimentos que não têm onde deixar os filhos, e são três meses onde muitas famílias sofrem diariamente com este problema, e queremos saber o que é que o Executivo pretende fazer para ajudar na ocupação das crianças e jovens durante os meses do verão.

Para além disso, nesta altura do verão, sabemos que a ocorrência às praias é muito maior, principalmente na Fonte da Telha, nesta altura do ano ocorrem situações dramáticas no acesso às praias, entrada e saída de veículos e que se ocorrer algum acidente por exemplo, não tem como passar carros de Bombeiros, ambulâncias etc.

Fora isto, queria apenas dizer que a situação da rotunda do Hospital Particular de Almada, era uma situação temporária que, entretanto, se tornou cada vez mais temporária, ou largamente temporária, mas que a saída muitas vezes de pacientes se faz diretamente no meio da rotunda e não nos parece que seja uma situação muito segura.

Por último queria dizer que na rua Bernardino Ribeiro, havia frequentemente imobilização de veículos porque estavam em cima do passeio e não deixavam as pessoas passarem. Há umas semanas atrás foram colocados contentores da AMARSUL exatamente no sítio onde estavam os veículos e que impedem que as pessoas e os carrinhos de bebé passem. Portanto, pedíamos que reformulassem este posicionamento destes contentores, sendo que são obviamente muito úteis à população.”

6.2.2.6 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu queria dizer ao Senhor Deputado Municipal José Gabriel, que eu conheço bem a Lei Sindical, conheço-a muito bem. Dá-me ideia que alguns dirigentes sindicais do STAL não conhecem e já lhe vou explicar porquê. Aquilo que eu disse não foi o que o Senhor Deputado Municipal afirmou. O que eu disse foi que tinha sido feito um trabalho com os trabalhadores, não disse houve negociação. É evidente que a negociação é com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, isso nem vale a pena estarmos a discutir. O que eu disse foi que tinha sido exatamente para perceber preferências e disponibilidades, para quando tivéssemos o horário proposto, não tivéssemos depois, até podia estar aprovado e aprovado pelos Sindicatos, e não estivesse de acordo com aquilo que eram as suas preferências. Portanto, não disse aquilo que afirmou, não falei em negociação, falei em trabalho de proximidade com os trabalhadores. Foi feito, e a verdade é que está feito e assim continuará.

Também lhe queria dizer que, eu sei que pode haver piquetes de greve, também conheço a Lei Sindical, e claro que os piquetes de greve podem estar e estiveram sempre. Agora, quem conhece a Lei Sindical, sabe o que é que na Lei está escrito exatamente sobre os piquetes de greve. E o que está escrito na Lei sobre os piquetes de greve, é que a sua função é, persuadir de forma pacífica, está lá escrito, é a palavra, de forma pacífica, os trabalhadores, convencê-los, eventualmente, a não ir trabalhar. Não foi a Administração que tomou atitudes inaceitáveis como andava nos comunicados. Não. Não foi a Administração que pôs carros atravessados à frente do portão, não foi a Administração que pôs faixas a barrar a saída das viaturas, não foi a Administração que se pendurou nos carros, não foi a Administração que se pôs a fazer uma espécie de cordão humano criando perigos, até para depois vir dizer que houve tentativas de atropelamento, não foi a Administração que fez nada disto. A Administração estava lá e era eu, e, portanto, posso falar, para quê? Para garantir que todos os trabalhadores que querem fazer greve o fazem, e todos os trabalhadores que querem trabalhar trabalham, que é isto que diz a Constituição da República. E, portanto, é o direito individual de cada um de decidir. E se algumas dúvidas houver, eu tenho aqui na minha mão o Auto da Polícia que já vos leio. E também vos quero dizer que relativamente aos horários e àquilo que o Senhor Deputado Municipal disse, que não havia, que não havia, que não havia, não sei se não havia, não estava cá não posso dizer. Agora, o que eu sei é que se calhar havia, e os sindicatos nem sabiam. Não se interessavam com isso, nem nada disso. Agora, não havia diz o Senhor Deputado Municipal, mas agora havia e era preciso e a periodicidade da necessidade era grande. E, portanto, eu não permiti em nome do Executivo, porque eu não mando sozinha, mas em nome do Executivo, eu não permiti que aqueles



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

horários que quase todos os dias era preciso fazê-los, estivessem a ser feitos da forma que estava. Portanto, entramos em conversa com os trabalhadores e tudo resolvemos. Agora, vou-lhe só ler porque é que eu digo que os dirigentes sindicais não conhecem a Lei Sindical. Eu vou-lhe provar porque é que os dirigentes sindicais não conhecem a Lei Sindical. Havia serviços mínimos, os serviços mínimos é o Auto da Polícia, está aqui na minha mão, é o Auto da Polícia que relata o que se passou e estão aqui relatadas, faça favor de ir reclamar com a Polícia, que diz que o Senhor Dirigente Sindical (não interessa quem), disse: “saíram os serviços mínimos, não podíamos deixar sair mais ninguém”. Eu pergunto se isto é alguma leitura do que existe na Lei? Os serviços mínimos são decretados para no caso de toda a gente fazer greve, como o próprio STAL nos escreveu a bold, e não precisava de escrever porque eu sei que os serviços mínimos são escolhidos entre antes dos outros, quem se voluntaria. Todos os que saíram foram voluntários, logo todos os outros se quisessem sair podiam sair porque ninguém os obrigava a fazer greve. Eu acho que isto é que é lamentável. É que piquetes de greve façam o que fizeram e tenham esta leitura da situação.”

6.2.2.7 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Vou tentar ser telegráfico em relação ao Serviço Veterinário Municipal e à questão que foi colocada pelo PAN. Dar nota de que nós temos feito um esforço muito significativo, para reforçar as condições do próprio serviço, sem prejuízo, e isso também tem a ver com a questão levantada pelo Bloco de Esquerda, do estudo que já estamos a desenvolver para o novo Centro de Bem Estar Animal, e aquilo que está no compromisso, é que este ano, queremos ter identificado, não só o novo local, mas também fechado o projeto. Aliás, vamos ter uma reunião técnica no próximo dia 2 de julho exatamente para fechar o enquadramento estratégico de toda a solução. E, portanto, sem prejuízo disso e porque temos bem noção da importância que tem este tema e se calhar por isso também é que amanhã temos o encontro que certamente vai ser proveitoso e positivo, mas sobretudo porque não podíamos estar à espera um ano e meio ou dois anos, para a concretização da obra, não deixamos de aumentar já alguma lotação no próprio Centro de Recolha Oficial atual e vamos ter também uma solução não só para os cães mas também uma área de gatil, para garantir em qualquer circunstância passamos a ter uma capacidade de emergência, para acolher a situações que aconteçam na via pública. Algo que manifestamente e ao longo dos anos a Câmara Municipal infelizmente não conseguia, e não era minimamente aceitável até para dar resposta a uma obrigação legal que a própria Autarquia tem e não pode escamotear. Sem prejuízo dos trabalhos que são feitos positivos pelas Associações, a interligação também com a Câmara Municipal, mas que isso não pode servir para a Câmara Municipal se desresponsabilizar. Portanto, estamos já a investir no atual Centro de Recolha Oficial, sabendo nós que é uma solução transitória, mas que não podia deixar de ser feito, para termos já uma primeira resposta.

Em relação ao projeto da videovigilância. Temos que ser claros, nós estamos a falar de áreas nobres do Concelho, vastas do ponto de vista diário de implantação, o Parque da Paz todos nós conhecemos e agora com o prolongamento do Parque Urbano, estamos a falar de quase sessenta hectares, por muita vigilância humana que temos, e ela nunca seria suficiente, manda o princípio da prudência, do bom senso e da precaução, de tentarmos encontrar meios, não só de identificação para podermos agir ainda mais rapidamente, e aliás, a videovigilância não é apenas uma ótica de prevenção e segurança para as pessoas e do espaço, vai ter também e é isso que está a ser projetado, soluções térmicas para garantir que, imagine uma pequena ignição que possa ser mais rapidamente detetada e possa com isso projetar uma resposta de intervenção mais célere, para evitar que tenhamos algum dano em património verde, ambiental, um património natural que nós queremos preservar, aumentar e que nessa circunstâncias nós todos temos que criar mecanismos de monitorização e de capacidade de reação. Portanto, o objetivo é este, nós podíamos achar que, se calhar não era o meio mais urgente, nós entendemos que é um meio que acrescenta pedagogia e capacidade de monitorização num espaço que, pela dimensão humana não seria possível.

Em relação à questão da SOVENA, dar nota de que a Autarquia e o Executivo, têm procurado ser muito proativo no sentido de identificar as medidas de compensação e mitigação que a SOVENA enquanto ali estiver, e já lá está há muitas décadas, não pode deixar de cumprir. A posição do Executivo tem sido sempre de acrescentar



consciência crítica aos diversos projetos e aos processos de licença, na certeza de que o nosso parecer não sendo vinculativo, é a única forma de vincular a SOVENA a um conjunto de preocupações. Falou há pouco na reposição dos terrenos REN, que estão identificados como sendo algo fundamental, que sejam repostos, mas também em algo que não falou mas que é fundamental, a questão dos odores e da má vizinhança que isso provoca na população à volta e só para lhe dar nota, com a intervenção proactiva e condicionada do ponto de vista de intervenção da Autarquia, já foi possível desenvolver mais intervenções de monitorização dos odores, para tentar impor pela positiva à empresa, que tente encontrar soluções para minimizar isso e se possível resolver um problema que é tão grave ou mais grave até do que a questão da REN, que também ela deve ser resolvida.”

6.2.2.8 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

De uma forma rápida, dizer o seguinte: em relação ao SAP, como já viu, nós fizemos uma pequena alteração na rotunda, porque infelizmente as pessoas continuavam a parar no meio da rotunda e neste momento com os impedimentos que existem, já não podem parar. No entanto, essa proposta que nos fez e até temos aqui uma pequena visita de estudo marcada, vamos lá passar de novo até com o Senhor Vereador Luís Filipe Pereira, para podermos ver a possibilidade de pôr essa sinalização que realmente faz sentido.

Em relação ao Hospital Particular de Almada, a rotunda é provisória já há muitos anos, mas vai deixá-lo de ser. Na empreitada de intervenção de todos os arruamentos da Romeira, que foi adjudicada à empresa Armando Cunha, penso eu, e que vai de imediato iniciar a obra, aliás, até já devia ter começado, mas vai começar porque já foi adjudicado, já está tudo tratado. Além da renovação de toda a Romeira e da criação de novos acessos incluindo junto à ETAR, vamos também intervir naquela rotunda. Aliás, não vamos só intervir aí, vamos intervir aí como vamos intervir também na rotunda ou na oval que existe junto à Igreja Matriz, que também vai desaparecer, aliás, eu agora não quero ocupar muito mais o tempo, mas vamos reformular toda aquela circulação ali e depois com mais detalhe posso lhe dar essa explicação.

Para terminar. Em relação às águas residuais urbanas tratadas, nós temos a ETAR do Valdeão que neste momento tem perfeita capacidade para dar esse contributo em termos de água, isto é, poder haver uma passagem para camiões naturalmente, para viaturas da Câmara e que essa água possa ser utilizada, não só para regas, como para lavagens, como para outro tipo de fins. Falta-nos ali só ter uma certeza absoluta no processo de aperfeiçoamento e inclusive até tem a ver mais com o transporte. Porque é um tipo de água que não pode estar muito tempo parada, tem ali algumas questões técnicas, mas que estão a ser tratadas para rapidamente podermos utilizá-la em maior quantidade. Porque na ETAR por exemplo, da Mutela, já há muitos anos que é utilizada essa mesma água para lavar os autocarros dos Transportes Sul do Tejo – TST, porque estão ali mesmo ao lado e ali um controlo do próprio ramal.

Para terminar, muito rapidamente dizer-vos o seguinte: nós temos uma grande quantidade de água pluvial, principalmente pluvial e de nascentes, nascentes que existem em toda aquela zona por baixo do Fórum Almada, todo aquele vale, que depois são encaminhadas para os lagos do Parque da Paz, mas que também são encaminhadas para aquela estação elevatória de bombagem que existe ao lado do Centro Sul e ao lado do túnel. Temos neste momento um projeto idealizado já neste mandato que é: levar por dentro do Parque da Paz numa conduta que vamos ter que instalar, até à zona do reservatório do Feijó, para colocarmos essa água naquele reservatório mais pequeno que está lá e que está desativado há muitos anos. É um reservatório elevado que não serve para o abastecimento público, o outro grande é que serve, este foi reabilitado agora, como devem ter visto, até cortamos as árvores e limpamos ali um bocadinho à volta, e a ideia é tentar pôr essa água lá em cima para que a possamos distribuir para três sítios específicos que são: o cemitério que não parece, mas é um grande consumidor de água, é surpreendente a quantidade de água que tem que ser gasta, e bem, para manter todo aquele espaço, toda aquela zona de jardim que existe na avenida, e depois naturalmente também para o Parque da Paz. E isto tudo está a ser feito internamente, estamos inclusive já a trabalhar no percurso, porque aqui o principal problema é realmente a conduta adutora que tem que ser levada até lá cima e tentando não prejudicar naturalmente o Parque da Paz.”



6.2.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Muitas das questões colocadas já foram respondidas, quero só ser clara na questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama. As reuniões que foram tidas com o Circo Dalas eram justamente a relembrar aquilo que foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal. Eu volto a dizer que uma coisa são os animais selvagens, outra coisa são os animais domésticos, mas esta Assembleia Municipal votou a proibição total de animais e, portanto, o Senhor Secretário Geral o que fez foi reunir com o Circo Dalas, relembrando aquilo que tinha sido aprovado nesta Assembleia Municipal.

Quero também dizer que relativamente à segurança do Cais do Ginjal, que os proprietários que é a AFA, já foram notificados relativamente à questão da segurança e nós também já temos avisado, há sempre aquela questão de as obras começarem, mas enquanto começam ou não começam, a segurança tem que estar garantida, e mesmo o IMI agravado irá aplicar-se se a questão não avançar. Dito isto o contrato de urbanização com o Grupo AFA para finalizar a questão do Plano de Pormenor definitivamente e o contrato de urbanização está a andar bem, ainda havia muito trabalho para fazer e, portanto, a questão está a avançar bem. Mas uma coisa não tem a ver com outra. A questão da Segurança.

Relativamente à questão dos assaltos nas escolas. Também nos preocupam muito, sabemos que a Escola Carlos Gargaté já pediu um relatório à empresa de alarme. Por outro lado, o caso da Escola Maria Emília é terrível porque foi mero vandalismo, foi de facto uma questão de vandalismo puro. Os outros assaltos que ocorreram foram sobretudo às máquinas de refrigerantes e outras coisas, aliás, também se pode pôr em causa que tipo de refrigerantes estão a ser vendidos ao nível da alimentação, mas isso não invalida que da nossa parte estamos a ver a possibilidade, aí sim, dentro da Lei com a concordância das escolas e dos pais obviamente, de se pôr um sistema de videovigilância para proteção das escolas. Que é o que outras escolas têm feito, sobretudo à noite, quando não está lá ninguém, não é durante o dia. Outros Municípios o têm feito para poder proteger um espaço que também não faz sentido se estiver ele todo murado com muros enormes, e, portanto, há esta questão.

Relativamente à questão da videovigilância, eu confirmo-lhe, que está a ser pensada a instalação a pedido dos nossos Bombeiros, que nos alertaram para esta questão, da necessidade de vir a colocar nalguns pontos estratégicos, sobretudo naqueles com menos visibilidade do Parque da Paz, algumas Câmaras de Videovigilância, sobretudo com aquele efeito térmico para podermos detetar em caso de fogo no Parque da Paz. Normalmente eu não gosto muito de falar nisso que é para não dar ideias a ninguém, mas os alertas que houve no Parque da Paz, normalmente é sempre fogo posto. Portanto, às três da manhã não há fogo. É evidente que nós temos um sistema de vigilância no Parque da Paz, mas o Parque da Paz é um dos nossos grandes patrimónios e, portanto, eu penso que já disse aqui, sim, estamos a pensar pôr, e quando o pusermos não vamos avisar que o pomos.

O verão. A questão do verão, há as férias jovens, como a Câmara Municipal sempre organizou, a questão das Férias Jovens e que se mantém cujas inscrições estão a decorrer. Houve de facto, um problema informático eu também já pedi informações. O Senhor Vice-Presidente, hoje não pode estar presente, mas detetamos de facto, que houve um dia com a dificuldade nas inscrições, penso que acrescentaram esse dia, mas as férias jovens foram aprovadas, estão a decorrer e vão decorrer na sua normalidade.

Foi criado um acesso da segurança à Fonte da Telha, que inclusivamente já foi testado, fizemos um simulacro com base nele, num dos exercícios, é mesmo um acesso de segurança, não divulgamos qual para não ter lá duzentos carros estacionados, mas há. Dito isto é bom que as pessoas tenham de facto consciência que a Fonte da Telha é sempre algo de acesso difícil. A nossa intenção é também, e já fizemos uma parte da reabilitação, importa lembrar que também não havia acessos nas outras praias, e que as obras que estamos a fazer nas praias, nomeadamente é para garantir os acessos.

Quero deixar aqui claro que também as árvores que estão a ser retiradas são acácias, são acácias que são pragas. E as espécies que lá estão, ou replantamos noutra sítio ou fazemos um plano de reflorestação, aliás estamos a lançar um estudo de impacto ambiental para aquelas obras. Importa lembrar que por fim, espero eu, pelo menos



naquelas praias, quando há uma urgência, a ambulância não passe pelos carris do Transpraia com todas as consequências e possa sim passar numa via de segurança em condições, que também serve de via pedonal ou para transportes suaves que é isso que também pretendemos.”

6.2.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

São conhecidas as deficientes condições de funcionamento do designado Canil da Aroeira, quer no que respeita às condições em que os animais recolhidos nas suas instalações se encontram, como ao impacto negativo que o funcionamento deste equipamento representa no que respeita à convivência com a população residente nas suas imediações.

No final do mandato anterior, estava em pleno desenvolvimento um processo que visava a substituição deste equipamento, por um mais moderno e mais adequado. A pergunta que dirigimos à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, é qual o desenvolvimento que o processo de substituição do designado Canil da Aroeira, conheceu nestes quase dois anos passados sobre o início do atual mandato e quais as perspetivas da Câmara Municipal para a solução definitiva deste problema?”

6.2.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, ainda no quadro deste ponto da ordem de trabalhos, pedir aqui alguns esclarecimentos, solicitar informações porque foi público numa Sessão de Câmara, relativamente à situação vivida pela UNICA – Universidade Sénior Intergeracional do Concelho de Almada, que se situa na Charneca de Caparica. E, portanto, soubemos através daquilo que nos transmitiram nessa altura, que há problemas relativamente às suas instalações e, portanto, o que queríamos saber da parte da Câmara Municipal, é se há alguma garantia que a Câmara Municipal possa dar na resolução deste problema, ou quais as medidas que obviamente a Câmara Municipal está a diligenciar para salvaguardar um trabalho e um projeto de ensino e aprendizagem ao longo da vida que todos nós consideramos de extrema importância.”

6.2.2.12 – O Senhor Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

No dia de 11 de junho de 2018, há mais de 11 meses, o Grupo Municipal da CDU, dirigiu à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, um requerimento a propósito do enterramento da Linha de Muito Alta Tensão – Fernão Ferro/Trafaria, em toda a sua extensão, que abrange a área urbana da Charneca de Caparica, requerimento que, até ao momento, a Senhora Presidente da Câmara Municipal não respondeu.

Acontece que na última Sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, realizada no passado dia 18, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia em resposta a um Senhor Município que o interpelou neste sentido, deu informação, que as obras na antiga Estrada Nacional 377, se iniciariam em agosto próximo e que o Ministério do Ambiente já teria dado o acordo relativamente a esta matéria, de interesse daquele Ministério relacionada com este processo.

E as perguntas que dirigimos, não tendo tempo, se puder depois responder por escrito é o que nós também requeremos. Porque razão, não obteve ainda qualquer resposta o requerimento da CDU sobre a Linha de Muito Alta Tensão enviado à Câmara Municipal na data que eu referi, pelo Presidente da Assembleia Municipal?

A segunda, confirma a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada a informação prestada a um Município que há eu pouco referi, pelo Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias, naquela reunião, segundo a qual as obras da Estrada Nacional 377 se iniciarão no próximo mês de agosto?

Em caso afirmativo como pensa a Senhora Presidente de Câmara Municipal, assegurar a execução da garantia de âmbito de debate público e ampla participação dos cidadãos diretamente interessados nesta matéria,



solenemente por si proferida nesta mesma Assembleia Municipal considerando a proximidade que nos encontramos do mês de agosto?

6.2.2.13 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A CDU lamenta profundamente, que tendo feito aqui várias perguntas à Senhora Presidente da Câmara, não haja resposta aqui nesta Sessão. Eu vou parafrasear uma frase célebre produzida há cerca de quatro anos. A Senhora Presidente só não responderá se o PSD não quiser, porque o PSD neste momento tem cinco minutos segundo a informação. Tendo como boa a informação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, o PSD tem cinco minutos, a Senhora Presidente só não responde se o PSD não quiser, e nós registaremos esse facto.”

6.2.2.14 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu confesso a minha estupefação àquilo que tivemos a ocasião de ouvir esta noite. Porque segundo julgo saber, o Canil da Aroeira não nasceu há um ano e meio, eu ainda a semana passada, tive ocasião de receber o proprietário do terreno e a filha, e ele próprio se lamentava das décadas de esforço que ele tem tido junto da Autarquia, para tentar encontrar uma solução para o Canil da Aroeira. E, portanto, eu confesso a minha estupefação, porque só o peso da má consciência é que pode levar a CDU a falar de um tema sobre o qual tem clara responsabilidade e não teve capacidade de resolver. Não teve a mínima capacidade de resolver. Aliás, a vontade vem claramente pela incapacidade demonstrada em resolver o que quer que fosse. Aqui a circunstância é esta: estamos a falar de um problema que tem décadas, um problema que nós estamos a tentar resolver junto do proprietário por um lado, em colaboração com a Associação dos Amigos dos Animais de Almada por outro, enquadrando também e se possível no âmbito do novo Centro de Bem Estar Animal. E, portanto, eu confesso a minha estupefação até porque, eu confesso que já não ia ao Canil Municipal há algum tempo, e quando tive o gosto de passar a ter essa responsabilidade, eu também confesso a minha estupefação de ter sido testemunha que depois de tantos anos, em que a CDU teve responsabilidade sobre aquela área, e a CDU que se arvora de respeitar tanto os trabalhadores, eu cheguei lá e vi oito trabalhadores que partilhavam um balneário, homens e mulheres, com condições miseráveis, que estão neste momento a ser resolvidas. Com uma situação e uma solução transitória, porque nós sabemos e vamos construir um Centro de Bem Estar Animal que inclui o serviço. E por isso, eu confesso até com alguma ligeireza a minha estupefação, como é que é possível, falar-se num tema desta natureza, com uma responsabilidade nas mãos, de décadas, e ter-se a má consciência de vir aqui perguntar qual é o estado da solução. Porque isto não nasceu há um ano e meio, nasceu há quarenta. Há quarenta. Fale-se com os vizinhos, fale-se com o Senhor Aurélio, e, portanto, peça mais informações, porque na realidade as soluções estão a começar a aparecer. Agora, não peça ao fim de um ano e meio aquilo que os Senhores/as em quarenta, não foram parte da solução, foram se calhar um enraizar do problema.”

6.2.2.15 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Novamente vai ser lida a questão. A pergunta que dirigimos à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, e não estamos a falar do Canil Municipal, estamos a falar da instalação da realidade que é o Canil da Aroeira, qual o desenvolvimento que o processo de substituição do designado Canil da Aroeira, conheceu nestes quase dois anos passados sobre o início do atual mandato, e quais as perspetivas da Câmara Municipal, para a solução definitiva deste problema. Retomando o enquadramento que foi no final do mandato anterior, estava em pleno desenvolvimento um processo e é um projeto com “O Amor Rafeiro” e com “Onde há Gato não há Rato”, que visava a substituição deste equipamento por mais um moderno, e mais adequado funcionamento de equipamentos. Estamos a falar do Canil da Aroeira, não estamos a falar do Canil Municipal.”

6.2.2.16 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Senhora Deputada Municipal Sónia Silva, eu só lhe posso dizer que a Senhora Deputada Municipal não conhecia certamente o projeto que existia. Não visava de todo substituir o Canil da Aroeira, havia um projeto de Centro de Bem Estar Animal, com “O Amor Rafeiro”, onde incluía uma construção por parte da Câmara Municipal, absolutamente com preços incomportáveis e que previa a instalação entre trinta e quarenta cães. Sabe quantos animais estão no Canil da Aroeira? Mas de duzentos. Portanto, Senhora Deputada Municipal, vir aqui tentar lançar de que havia um projeto já prontinho, prontinho, Senhora Deputada, eu volto a dizer, o projeto que existia era para entre trinta a quarenta animais, o Canil da Aroeira tem mais de duzentos animais. Portanto, se acha que isso resolve, faça as contas.

Eu não vou comentar obviamente Assembleias de Freguesia. O que eu posso dizer relativamente à questão da REN, é que sim, houve a aprovação da Direção Geral da Energia, sem a qual não valia a pena sequer debater com as populações caso não houvesse essa autorização. E estivemos muito tempo com essa autorização e eis a razão pela qual não respondemos, é que os Senhores/as Vereadores/as da CDU, fizeram e bem, legitimamente, uma série de perguntas muito técnicas sobre as quais ainda não podíamos responder. Vamos estar agora em condições de responder. Aliás esta questão já foi levantada e já disse na altura, fizeram e bem, legitimamente perguntas muito técnicas e sobre a qual partindo de um pressuposto que havia um processo finalizado que ainda não estava finalizado. Dito isto, agora sim, e já falamos também com a REN, de modo a começarmos a organizar o debate público, agora quando diz muito amplo da parte da CDU, eu nunca sei o que isso quer dizer. Normalmente muito amplo é para nunca ser concluído. Portanto, haverá um debate sim, uma apresentação sim, mas para ser conclusiva em qualquer coisa. Ou seja, para que a questão possa avançar e sobretudo para informar devidamente os almadenses.

Relativamente à UNICA, o grande problema é a falta de imóveis municipais na Charneca de Caparica, que é onde a UNICA quer permanecer. E, portanto, estamos empenhadamente à procura de um espaço, de facto municipal, onde se possa resolver esse problema, não é apenas só a UNICA aliás, quero deixar aqui uma palavra também à Colmeia Vigilante, que há muito precisa de espaço, que está em condições indignas e que também nos preocupa.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra, deu-se por apreciada a Atividade Municipal.

6.3 – Entrou-se nos pontos 3.5 e 3.6 da agenda, relativos a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decreto-Lei nº 21/2019” e apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decretos-Lei nº 58/2019, de 30 de abril e 72/2019, de 28 de maio”, tendo o Senhor Presidente informado a Assembleia que fora consensualizado na Conferência de Representantes que estes pontos seriam discutidos em conjunto, sendo votados separadamente.

6.3.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu vou ser muito célere na apresentação destas duas propostas. Uma delas diz respeito à transferência de competências na área da educação, outra diz respeito à transferência de competências na gestão sobretudo da Orla Ribeirinha e das atividades náuticas, já em 2019. Por razões, penso que por demais evidentes, não é possível a meio do ano estar a receber qualquer uma dessas competências. Dito isto, sobretudo a proposta do Decreto-lei que diz respeito à gestão das áreas afetas a atividade náutica, de recreio, dos portos, instalações de apoio à pesca, a Câmara Municipal está de facto, a fazer o estudo para poder vir a aceitar tão breve quanto possível, mas não certamente este ano, esta competência. Tal como no caso das praias isso iria permitir avançar com muitos dos processos que têm estado encravados durante muito tempo. E achamos que é uma área essencial para a promoção do nosso turismo, para a valorização da nossa Costa, e sobretudo para a agilização de uma série de processos.

Está à vossa consideração a pronúncia de recusa destes dois diplomas, porque assim a Lei obriga, é que se vota a recusa dos mesmos.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.2.1 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decreto-Lei nº 21/2019” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 76º nº 2 do Decreto-lei nº 21/2019, de 30/1, (conforme declaração de retificação nº 10/2019 de 25/3/2019), conjugado com o artigo 4º nº 2 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, delibera rejeitar a transferência das competências previstas no Decreto-lei nº 21/2019, de 30/1, para o ano de 2019, nos termos da Proposta Nº 81/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 20 de maio de 2019.

6.3.3.2 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – Decretos-Lei nº 58/2019, de 30 de abril e 72/2019, de 28 de maio” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 12º nº 2 do Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril, e do artigo 15º nº 2 do Decreto-Lei nº 72/2019, de 25/5, conjugados com o artigo 4º nº 2 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, delibera rejeitar a transferência das competências previstas nos Decretos-Lei nº 58/2019, de 30 de abril e 72/2019, de 28 de maio, nos termos da Proposta Nº 83/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 17 de junho de 2019.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Alienação de Imóvel Edifício Sede da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda”

6.4.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Trazemos aqui a esta Assembleia Municipal uma proposta, que já foi aprovada em Reunião de Câmara, de passar para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, a sede na qual está instalada. Essa sede necessita aliás, de várias reabilitações, as condições dessa passagem estão claramente definidas naquilo que é a proposta, ficando o imóvel obrigado a manter-se dentro das suas funções públicas, na qual já está dedicado, podendo aliás, existir um direito de reversão caso assim não seja, mas até com a nova transferência de competências é importante que as Juntas de Freguesia possam ser detentoras dos imóveis que ocupam, também aqui para maior agilidade dos procedimentos, para maior autonomia e sobretudo para respeito do poder das Autarquias que é totalmente autónomo da Câmara Municipal, como sabem são eleições diferentes e essa autonomia é bom que seja respeitada em todas e que seja no fundo concretizada também em termos dos imóveis.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea i), do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera autorizar a alienação do Imóvel Edifício Sede da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, nos termos da Proposta Nº 82/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 3 de junho de 2019.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2018”

6.5.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.



A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A apresentação de Contas Consolidadas visa apresentar as contas do um Grupo como se de uma única entidade se tratasse, sendo elaboradas as respetivas Demonstrações Financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do Grupo Autárquico, permitindo desta forma efetuar a análise integrada da posição financeira e avaliação das políticas públicas locais. É ainda no atrás citado, no Diploma do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, definida a abrangência do Grupo Autárquico composto pelo Município e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades. A abrangência deste Grupo Autárquico inclui os SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pela detenção total, a entidades de natureza empresarial pela sua classificação como empresas locais, como a ECALMA, agora o WEMOB, detida em 100% pelo Município, e relativamente a entidades de outra natureza pela sua verificação casuística em função das circunstâncias concretas por referência aos elementos de poder e de resultado como a AGENEAL, a NOVALMADAVELHA e a ARRIBATEJO. São estas no fundo o perímetro deste Grupo Autárquico, obviamente com o Município de Almada.

O processo de consolidação contém os seguintes documentos que os Senhores/as Deputados/as Municipais já têm, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, o mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de operações orçamentais e anexos explicativos, Saldo e Fluxos Financeiros entre as entidades consolidadas, mapas de Endividamento Consolidado de Médio a Longo Prazo, mapa da Dívida Bruta Consolidada, desagradado por maturidade e natureza. O Relatório de Gestão Consolidado, contém ainda a descrição dos elementos patrimoniais do ano de 2018, demonstrando também a evolução dos componentes do Balanço e das Demonstrações Financeiras, nos últimos quatro anos. Os Balanços das Contas Individuais antes da Consolidação, revelam os seguintes pesos: o Município só por si ocupa 85,9%, os SMAS 14,1%, a ECALMA 0,14%, a AGENEAL 0,08%, a ARRIBATEJO 0,14% e a NOVALMADAVELHA 0,1%.

O procedimento de consolidação reduziu em cerca de 7,5 milhões de euros o Balanço Consolidado. Nesse sentido o total do Balanço Consolidado, de 2017, era de 467,1 milhões de euros. Os Fundos Próprios eram de 387,9 milhões de euros, os Interesses Minoritários de 395,5 mil euros e o Passivo de 78,8 milhões de euros. Comparando com o ano anterior, o total do Ativo Líquido aumenta de 6,3 milhões de euros, Bens do Domínio Público diminuem de 1,7 milhões, Imobilizado Corpóreo diminui de 3,2 milhões de euros, Imobilizações Financeiras registam um aumento de 0,3 milhões de euros, as Dívidas de Terceiros 1,3 milhões de euros e Caixa um aumento de 9,6 milhões de euros.

Os Passivos de 2018 reduziram em 1,6 milhões, Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, também reduziram na ordem dos 0,8 milhões de euros, as Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, reduziram na ordem dos 2,8 milhões de euros, as Provisões aumentaram na ordem de 1,3 milhões de euros, e Acréscimos e Diferimentos aumentaram na ordem de 0,3 milhões de euros.

Os Indicadores Financeiros demonstram que os rácios de endividamento não são muito elevados, e que a solvabilidade continua a ser bastante boa, evidenciando autonomia financeira na ordem de 83%. Os Índices de Liquidez, permitem honrar os compromissos exigíveis a curto prazo. Os empréstimos, Município e SMAS, todos de longo prazo, representam 5% do Balanço e 33% do Passivo. O grau da dependência de Capitais Alheios no financiamento da atividade regular do Grupo, não é elevado.

As Entidades Consolidadas aprovaram as Demonstrações e de Resultados de exercício de 2018, conforme abaixo demonstrado, dos quais os SMAS e a AGENEAL, com resultados negativos. O Município com resultados positivos, na ordem dos 10.125.000.00€ (dez milhões cento e vinte cinco mil euros), mais 8,8 milhões comparando com 2017, os SMAS, por aquela questão do acerto que foi necessário fazer e que ainda tem que continuar a ser feito, aliás, daquele montante que era inscrito como receita, aquela imparidade que era inscrita como receita, embora fosse dívida incobrável, aliás, o próprio Revisor de Contas o salienta que ainda temos que continuar a fazer esse esforço. Portanto, os SMAS tinham dez milhões como receita que na realidade não representavam dez milhões



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

porque essa receita não era cobrável, e, portanto, era uma imparidade, o que dá um resultado negativo dos SMAS, de 3,6 milhões de euros, uma diminuição de 0,4 milhões de euros, a ECALMA, acaba com um resultado positivo na ordem dos 19.855.00€ (dezanove mil oitocentos e cinquenta e cinco euros), a AGENEAL tem um resultado negativo de 25.436.00€ (vinte cinco mil quatrocentos e trinta e seis euros), a ARRIBATEJO tem um resultado positivo na ordem dos 18.179.00€ (dezoito mil cento e setenta e nove euros) e a NOVALMADAVELHA, e isso agrada-nos muito porque também tem a ver com melhores resultados tanto da ARRIBATEJO como da NOVALMADAVELHA, acaba com resultado muito positivo para a dimensão da NOVALMADAVELHA, de 72.989.00€ (setenta e dois mil novecentos e oitenta e nove euros).

Os procedimentos de Consolidação reduziram em 2,1 milhões de euros os custos apurados e em 1,8 milhões os Proveitos. O resultado líquido do Grupo Consolidado em 2018, soma cerca de 7 milhões de euros que compara com os 2 milhões negativos em 2017.

Ficamos à vossa disposição para mais informações.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Artur Alfama (PAN) e José Rocha (BE) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

No fundo, fazendo aqui o seguimento daquilo que foram as nossas apreciações às contas individuais, como seria de esperar, mantêm-se as preocupações em relação à CostaPolis, é identificada aqui uma limitação de âmbito que pode levar a uma imparidade de 28 milhões de euros nas contas do Município. Mais grave do que isto, diria eu, é a questão da provisão para Riscos e Encargos Decorrentes do Processo da Liquidação da Entidade, que é um valor que ninguém consegue quantificar, inclusivamente o Auditor, portanto, é um valor que nós não conseguimos ter a noção do seu impacto. E depois existe aqui um novo facto que é, no fundo o mais relevante, um acontecimento mais subsequente em que é identificada uma sobreavaliação da participação em 12,9 milhões de euros, portanto, no seguimento da Revisão de Contas efetuada por outro Revisor. Isto é no 2º parágrafo do 1º ponto do Relatório. Naturalmente, as limitações de âmbito que os Revisores têm são factos muitas vezes inultrapassáveis, os desacordos são de todo evitáveis e nesse sentido aquilo que nós propomos é que futuramente tudo o que sejam situações de desacordo possam ser ultrapassadas, há alguns tipos de prestação de contas onde elas nem são toleradas o caso das sociedades abertas, portanto, é uma recomendação que fazemos para que consigam ultrapassar este tipo de situações com a Auditoria.

Relativamente à questão do paragrafo 2, da reserva, é a mesma situação do MST – Metro Sul do Tejo, que já vinha nas contas individuais, já falamos delas, não obstante os esclarecimentos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos prestou, logicamente continuamos preocupados com esta situação.

Depois em relação aos SMAS, temos aparentemente aqui também um problema de uma imparidade que não foi reconhecida nas contas de 3 milhões de euros, de dívidas que são anteriores a 2016, no fundo este valor representa também um desacordo. A nossa sugestão é a mesma, sendo desacordos, não há razão à partida para que eles sejam reconhecidos.

Depois, outras limitações ao nível do imobilizado, amortizações em falta, portanto, parece haver aqui, nestas duas áreas pelo menos, alguns problemas de controlo interno nos SMAS.

Em relação às ênfases. Dizer que, não sendo controlável pelo Município, logicamente a Prestação de Contas da AMARSUL da CostaPolis e do MADAN PARQUE, termos o calculo das participações financeiras baseado em exercícios anteriores, não é desejável, também seria bom, que se conseguisse ultrapassar futuramente esta situação.

Na outra menção que é feita em relação à questão da Quinta da Bomba e da indefinição nos custos repartidos entre Almada e Seixal, embora não seja neste caso uma qualificação do Auditor, ficamos aqui com algumas dúvidas se eventualmente poderão, com o desfecho deste processo, resultar para o Município algum tipo de encargos.”



6.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Apenas para deixar aqui umas notas muito breves. Neste ponto votamos contra por considerarmos que se trata de uma avaliação da política geral da Câmara Municipal. Apesar de não estar em causa a solidez e a sustentabilidade das empresas municipais e da própria Câmara Municipal, podemos concluir com estes documentos comparativamente aos anteriores Relatórios de Contas, que para além de uma divergência de opções de investimento, existe uma crescente receita e uma diminuição da despesa que no nosso entender, como já dissemos anteriormente, tem uma leitura simples: aumento da capacidade financeira da Câmara Municipal e diminuição do investimento na mesma. Podemos também identificar nestas Contas Consolidadas um aumento da receita no que toca a taxas e impostos. Este aumento considerável se compararmos 2015 com 2018, confirma a exequibilidade da proposta do Bloco de Esquerda para baixar o IMI para 0,35. Permita-me aliás, expressar a nossa dificuldade em entender, como é que este Executivo com sinais e condições claras favoráveis, não acompanha o Bloco de Esquerda nesta proposta.”

6.5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, tem toda a razão, esclareço que as observações do Revisor se prendem essencialmente, tirando a questão dos SMAS que nós já mencionamos aqui, que já identificamos e que de facto, nós próprios estamos a encontrar algumas imparidades anteriores à nossa chegada, mas a questão mais preocupante da CostaPolis e do MST – Metro Sul do Tejo, infelizmente a situação do MST não mudou, continuamos sem ter resposta por parte das Finanças relativamente a esse montante. Mas sabemos que o Seixal viveu exatamente a mesma situação e também continua sem resposta. E, portanto, não podemos a certa altura estar a incluir nas nossas contas algo que manifestamente face aos documentos que temos não é devido de todo, há uma interpretação errada e defendemos e mantemos.

Relativamente à CostaPolis, importa dizer que estes 28 milhões, na pior das hipóteses, não serão integralmente para a Câmara Municipal, serão divididos nos 40% que a Câmara Municipal tem. Mas é algo que de facto nos preocupa e muito, e sobretudo preocupa-nos até porque temos estado a pedir cada vez mais e a estudar cada vez mais esta questão, aliás, com os Auditores, também nos preocupa esta sobreavaliação que foi feita a determinada altura relativamente aos bens da CostaPolis. Sobretudo se pensarmos que, entretanto, a própria legislação mudou. Estes momentos de extinção, de liquidação, são sempre momentos difíceis, não temos dúvidas que é algo que necessita de ser esclarecido, estes 28 ou 29 milhões de euros, que em princípio, segundo as informações que nos foram dadas pela CostaPolis, representam uma série de serviços que foram encomendados à Parque Expo para a criação de projetos que depois acabaram por não ser realizados e, portanto, o investimento nunca pode ser amortizado porque os investimentos não foram feitos. Foi essa a resposta da CostaPolis.

Relativamente aos SMAS. De facto, nós temos consciência disso, desde o ano passado que temos tido a consciência disso, da necessidade de sanar essas imparidades e como diz e bem, imparidades anteriores a 2016, e quero salientar aqui também o esforço que fizemos para melhorar, dinamizar e criar um verdadeiro sistema de gestão da dívida nos SMAS, que não existia, como o Senhor Vereador José Gonçalves disse, *havia umas pessoas numa cave com uns papeis*, e, portanto, é mesmo necessário fazer uma gestão adequada desta dívida, que é o que nós estamos a fazer e poder sanar estas imparidades.

Relativamente ao desacordo. Como sabe este parecer só é emitido após a aprovação em Câmara Municipal. Portanto, é muito difícil para nós podermos alterar qualquer coisa no parecer, mas depois poderá explicar melhor como é que isso se pode fazer.

Relativamente ao Bloco de Esquerda, eu vou ser muito franca, vou repetir aquilo que disse à Senhora Vereadora Joana Mortágua. Eu penso que o Bloco de Esquerda está tão preocupado como nós com a questão da habitação social e a habitação para todos. O Bloco de Esquerda penso que também já recebeu o Relatório do estado miserável da nossa habitação municipal social. Portanto, está muito consciente da nossa urgência. Portanto, se



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

me permitem, o que eu não entendo, vindo da parte do Bloco de Esquerda, é essa proposta de redução de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, sobretudo para quem? Não sei se é para a Aroeira, se é para a Charneca de Caparica, para quem é. Portanto, espanta-me muito da vossa parte, a legitimidade é total, não ponho em causa, esperava mais deste lado da bancada. Mas acho que todos nós temos consciência que os investimentos que vamos ter que fazer são muitos, a seu tempo veremos, temos compromissos ao nível do IRS, quando chegar a altura do Orçamento, importa fazer essa avaliação, nunca entendemos esta posição do Bloco de Esquerda.”

6.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, é natural que iremos sempre divergir neste ponto, porque esta é uma das nossas propostas desde sempre, portanto, as divergências estarão sempre presentes. A questão fundamental é esta: seria mais facilmente compreensível para nós, ou seja, teríamos mais facilidade em percebermos, se de facto, o IMI estivesse a ser investido nas políticas de habitação, mas não está. Não está Senhora Presidente. Almada continua com problemas de investimento. A Câmara Municipal tem que ter capacidade de investimento sem recorrer aos bolsos dos munícipes. Até por questões de solidez financeira. A questão é esta. E estas é das Autarquias que mais depende do IMI. É uma nossa opinião legítima, uma proposta que trouxemos desde sempre no nosso programa, aliás, já vinha do anterior Executivo, a proposta da baixa do IMI em 0,1% de baixa do IMI, nós acompanhamos sempre porque tudo o que seja para baixar o IMI, nós entendemos que é perfeitamente lógico. 0,35% não nos parece assim nada de tão descabido. Portanto, é perfeitamente aceitável a baixa do IMI para 0,35%, não percebemos qual a surpresa nem conseguimos perceber, porque de facto, nós sabemos que o IMI, neste momento ou pelo menos aquilo que nos é dado entender, não está a ser investido nas políticas da habitação. E se estou engando corrija-me Senhora presidente.”

6.5.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

É evidente que as receitas da Câmara Municipal, estão a ser investidas e aliás, vão ser investidas na habitação, juntamente com os Programas do Governo, exatamente como temos anunciado. Mas também estão a ser investidas e isso é importante que seja dito, mesmo para as pessoas que pagam IMI muito alto, na requalificação do seu espaço público, porque a isso também têm direito, estão a ser investidas na requalificação das Escolas, estão a ser investidas em parte também, naquilo que é a nossa comparticipação agora para o novo concurso de transportes e para o Passe Social, estão a ser investidas nas políticas sociais, estão a ser investidas na política de ambiente, estão a ser investidas nos SMAS, é óbvio que são receitas do Município. E, portanto, não são como taxas, não têm que ficar consignados a coisa nenhuma. É receita e não podem. Aliás, não podem. Portanto, uma coisa é uma taxa, outra coisa são as receitas. Eu volto a ficar muito espantada, quando diz: “o Município não pode fazer investimento indo ao bolso dos munícipes”, então como é que se financia? É só com o Estado Central? Nós estamos a falar das receitas do Município, sobretudo o IMI e o IMT, que são no fundo as grandes receitas do Município. Mas mais uma vez, nós não estamos a excluir, não queremos é estar a antecipar um debate orçamental antes de ele chegar. Mas queria só esclarecer, que é evidente que as receitas do Município, dos impostos, não podem estar a ser investidas apenas numa área, não pode ser, é proibido e nós temos muitas frentes de batalha, felizmente estamos a conseguir levá-las, inclusivamente também servem para criar as festas para todos, porque a cultura, o laser, o divertimento também é um direito de todos nós.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25º, nº 2, alínea I), do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao ano de 2018, nos termos da Proposta nº 84/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em 17 de junho de 2019.

7 – A terminar a reunião, sendo próximo das 00 horas e 25 minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal saudou e agradeceu aos Bombeiros Voluntários de Almada, pela cedência das instalações, dando-se por concluída a sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Almada.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Rui Carvalheira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, António Matos, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 20 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

